

AS CATEGORIAS CLASSE SOCIAL E SINDICATO NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Frederico Bruno Barbosa Tomaz¹

Resumo:

O presente artigo é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento cujo objetivo é investigar a relação entre Ensino de História e as categorias marxistas de “Classe Social” e “Sindicato”. No artigo discutiremos a construção dessas duas categorias dentro da teoria marxista e como elas se colocaram nas transformações ocorridas tanto no ensino básico quanto na Historiografia acadêmica.

Palavras Chaves: História do Trabalho; Ensino de História; Marxismo; Luta de Classes

Abstract:

This article is part of an ongoing MSc. Dissertation research whose objective is the relationship between History Teaching and the Marxist categories “Social Class” and “Trade Union”. In this article we will discuss the construction of these two categories within Marxist theory, and how they were placed in the transformations that took place in both basic and academic historiography.

Key Words: History of Work; History teaching; Marxism; Class struggle

INTRODUÇÃO.

Neste artigo, nos dedicaremos a fazer uma discussão historiográfica sobre as categorias Classe Social e Sindicato dentro do Ensino de História. O presente texto é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que busca entender como são apresentadas as categorias relacionadas as organizações sindicais e da classe trabalhadora no livro Didático de História e a possibilidade de se construir um material didático sobre História dos Trabalhadores para uso tanto no processo de educação escolar como também como suporte em uma prática do ensino dentro de instrumentos de organização da classe trabalhadora.

A CATEGORIA CLASSE TRABALHADORA NA HISTÓRIA.

Primeiramente, faremos um debate sobre a definição de Classe Trabalhadora em Marx, pois defendemos que essa categoria juntamente com a categoria Luta de

¹ Mestrando em Ensino de História no programa PROFHISTÓRIA polo Universidade Regional do Cariri-URCA- fredbbtomaz@gmail.com

Classe ainda são válidas dentro da História, mas para tanto precisamos recorrer ao rigor metodológico e evitar cair em armadilhas teóricas. A palavra classe, como utilizada no cotidiano, tende a não representar exatamente seu sentido de categoria como compreende a literatura marxiana. No dia a dia, classe é utilizado para agrupar pessoas em uma determinada faixa de renda, de modo que as questões sociais se explicam pelo acesso à bens de consumo ou oportunidades, onde não haveria nenhuma relação entre aqueles que têm mais acesso por possuírem uma renda maior e aqueles que não têm acesso. Essa compreensão de classe, compartimentada porém não relacionada, é comum no pensamento liberal, onde a pobreza não é fruto da riqueza, mas resultado das diferenças naturais entre os indivíduos. Como se pode observar, um discurso muito cômodo àqueles que concentram a riqueza na sociedade.

Em um outro sentido, talvez com uma argumentação mais sofisticada que o primeiro, classe tende agrupar pessoas por sua profissão ou atividade. Desse modo, seriam membros da classe trabalhadora todos aqueles que exercem funções relacionadas à produção direta de mercadorias e riquezas e seriam membros da burguesia todos aqueles que possuem os meios de produção. Durante muito tempo um determinado marxismo defendeu alguma variável dessa concepção, dando ao caráter de classe um sentido apenas objetivo, em que o proletariado seria formado por aqueles que realizam trabalho produtivo material (POULANTZAS, 1978). Essa definição costuma esbarrar na realidade complexa, na qual setores normalmente apontados como não produtivos tem se mostrado muito mais próximos de uma condição proletária.

O que as interpretações anteriores, tanto do senso comum como de setores do chamado marxismo ortodoxo, têm em comum é que tiram o conceito de classe da história, colocando como estruturas sociais fixas, que apenas se repetem. E.P. Thompson nos trás em “A Formação da Classe Operária Inglesa” uma definição diferente de classe:

Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura” nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2004, p.09)

A definição de classe trazida por Thompson além de colocar o conceito em movimento ao localizá-lo na história, também apresenta um caráter subjetivo, ao dizer que esse seria fruto das relações humanas. Thompson explica isso melhor ao dizer que:

a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo os interesses diferem (e geralmente se opõe) (THOMPSON, 2004, p.10).

Fica evidente por essa leitura de Thompson que o autor compreende classe não como uma posição meramente objetiva, mas também subjetiva, como fruto de uma relação social entre pessoas em determinados momentos históricos sob determinadas circunstâncias e em busca de determinados interesses. Como Thompson se coloca no campo do marxismo, resta a nós a pergunta se seu conceito de classe encontra respaldo em Marx. Acreditamos que sim, para isso iremos usar algumas obras da literatura marxiana e marxista como evidências.

Quando observamos o processo de apresentação do “Manifesto Comunista” (MARX e ENGELS,2010), obra onde primeiro Marx apresentou uma definição de classes sociais, percebemos o cuidado com que Marx teve de apresentar o surgimento primeiro da burguesia, colocando essa classe como resultado de avanços objetivos “A burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca” (MARX e ENGELS,2010, p.41), mas ao mesmo tempo, ao afirmar que “cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente” (MARX e ENGELS,2010, p.41) o autor deixa claro que a burguesia ela se define pelo espaço da política.

Ainda se isso não for o suficiente para concluir que em Marx a burguesia é resultado da interação entre fatores objetivo e subjetivos de fatores objetivos com subjetivos, façamos a leitura do seguinte trecho ainda do manifesto: “A Burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e com isso, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 2010 p.43).

É verdade que o Manifesto é uma obra pouco analítica por seu caráter expressamente político, contudo, ali é possível compreender uma síntese do pensamento marxiano, e que a leitura de obras seguintes não permitem tirar conclusões diferentes.

No que pese a definição do proletariado, Marx usa o mesmo critério histórico, ao definir o proletariado como resultado do desenvolvimento da própria burguesia:

As Armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra própria burguesia. A burguesia não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejam essas armas - os operários modernos, os proletários. Com desenvolvimento da burguesia, isto

é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX e ENGELS,2010 p.45, 46).

O que podemos depreender do citado é que o proletariado é fruto do próprio avançar da burguesia do ponto de vista objetivo, ao criar novas relações de produção como do ponto de vista subjetivo ao estabelecer novas relações sociais. Isto coloca a definição de Thompson perfeitamente coerente com o pensamento de Marx.

Admitir fatores subjetivos na construção do proletariado em nada significa abandonar seus fatores objetivos. Isso é possível de observar quando o próprio Engels em uma nota de rodapé para edição inglesa de 1888 do manifesto apresenta seguinte definição tanto de burguesia quanto de proletariado:

Por burguesia entende-se a classe dos Capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho para poderem viver. (MARX e ENGELS,2010 p.40).

Assim, podemos compreender que no pensamento marxiano o critério objetivo da definição de proletariado é o trabalho assalariado. o que não quer dizer que necessariamente o trabalho precise ser produtivo para se configurar proletariado, o que em vez de colocar Thompson em contradição com Marx, coloca os marxistas ortodoxos em contradição como autor.

Tendo o critério objetivo definido, ou seja a classe em si, podemos partir para compreensão dos critérios subjetivos, a classe para si. Esse processo de transformação é mediado pela luta de classes, ou seja pela relação em si entre as classes conflitantes em busca de seus interesses. Nesse processo, a própria posição de classe gera as condições para a organização de classe. A uniformização do trabalho, o agrupamento de trabalhadores em grandes unidades produtivas, o estabelecimento da concorrência como definidor do valor-trabalho e a ação da burguesia em aumentar a extração de mais-valia através da maior exploração do trabalho (MARX, 2007) constituem fatores objetivos que influem na construção de uma consciência de classe e por consequência uma afirmação da classe em si.

A conclusão que podemos extrair dessa leitura é que a classe em Marx é ao mesmo tempo fruto de fatores objetivos como a posição social, como fatores subjetivos como organização e ação na luta de classes, e em todos os modos, a classe é definido enquanto uma relação social, entre objetividade e subjetividade. Não temos aqui a

intenção de esgotar esse debate, mas ter aqui como ponto de partida do que estamos investigando em nossa pesquisa. A categoria classe social como trabalhada aqui permitirá que observemos sua apresentação dentro do Ensino de História.

A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA SINDICATO.

Os sindicatos tem sido tema de estudo desde seu surgimento ainda em meados do século XIX na Inglaterra. Uma das primeiras obras a pensar esta categoria foi a “*Situação da Classe Operária Inglesa no século XIX*” de F. Engels que nos trás em sua obra uma gênese das primeiras associações, suas organizações, práticas e limitações. Engels (2008) afirma que uma das principais armas da burguesia contra a Classe Trabalhadora seria a concorrência dentro da própria classe. Segundo o autor, a concorrência seria uma característica da sociedade capitalista moderna presente não só entre os burgueses e suas mercadorias mas dentro da própria classe trabalhadora. “A concorrência é a expressão mais completa da luta de todos contra todos que governa a moderna sociedade civil”(ENGELS, 2008, p.45). Ainda sobre esse tema ele afirma mais adiante:

Mas essa competição dos trabalhadores entre eles mesmos é o pior lado do atual estado de coisas para o operário, a arma mais afiada contra o proletariado nas mãos da burguesia. Daí o esforço dos trabalhadores de anular esta competição por associações, daí o ódio da burguesia para com essas associações, e seu triunfo a cada derrota sucede a eles (ENGELS, 2008 p.45).

Na passagem anterior, Engels não só considerava a concorrência como uma arma da burguesia para dividir os trabalhadores, como as primeiras associações serviam de mecanismos para anular essa competição.

Na obra, a competição individual entre os trabalhadores é apontada como uma das causas dos baixos salários pagos aos operários ingleses no início da industrialização, pois com a concorrência individual entre os trabalhadores a compra da força de trabalho estaria sujeita às leis da oferta e da procura, ou seja as leis do mercado. Dessa forma, em um ambiente onde houvesse uma demanda muito grande de trabalhadores disponíveis, a concorrência entre eles poderia ser usada para rebaixar seus salários. Seriam as associações para Engels o mecanismo pela qual essa concorrência seria superada.

Mais adiante, Engels comenta o crescimento das associações após elas terem sido permitidas pelo parlamento inglês em 1824 dessas primeiras associações:

Quando de outro lado, os trabalhadores receberam em 1824 o direito à livre associação, estas muito claramente se espalharam por toda Inglaterra e obtiveram grande poder. Em todas as seções da indústria sindicatos foram formados com intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a negligência da burguesia. Seus fins eram negociar, en masse, como força, com os empregadores; regular a taxa de salário segundo o lucro dos últimos, elevá-la quando se oferecia oportunidade, e mante-la uniforme em cada ofício por todo país. (ENGELS, 2008 p.55).

Podemos retirar dessa citação uma definição para Engels do que seria o papel dessas primeiras associações, estritamente econômico e dedicado a luta pelo aumento dos salários que acompanhasse o aumento dos lucros.

As leis que determinam os salários, de fato, se impoem novamente a longo prazo, se os operários não fossem além do passo de abolir a concorrência entre eles. Mas eles devem ir além, a menos que estejam preparados para retroceder de novo e permitir reaparecer a concorrência entre eles. Assim, uma vez avançando, a necessidade os obriga a ir além; abolir não apenas um tipo de competição, mas a própria competição, o que eles farão (ENGELS, 2008, p. 59).

De uma leitura de um autor mais contemporâneo, extraímos uma conclusão semelhante sobre o sindicatos. Segundo Ricardo Antunes (2003), o sindicato não é uma categoria isolada do tempo e cujo sua existência só é possível como resultado da luta de classes: “É nesse momento que surgem os sindicatos; esses nasceram dos esforços da classe operária na luta contra o despotismo e dominação do Capital” (ANTUNES, 2003, p.12).

Apesar de ter acordo com o caráter histórico dos sindicatos e deles como resultado da luta de classes, acredito que o autor comete um erro de caráter metodológico:

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Deve ser considerado como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política. (ANTUNES, 2003, p.12).

Ao atribuir ao sindicato o papel de representante total dos interesses dos trabalhadores, ignorando as próprias disputas internas e a possibilidade de cooptação pelo capital deste, ou seja tirando o sindicato do processo histórico que ele próprio colocou, Antunes iguala a ação dos sindicatos a ação dos próprios trabalhadores. esses dois sujeitos muitas vezes se misturam durante a leitura de sua obra, de modo que parece impossível compreender uma ação dos trabalhadores sem que essa se dê por fora dos sindicatos, nem tão pouco que os sindicatos, em determinados momentos históricos, possam agir contra os interesses dos trabalhadores. acreditamos que Antunes confunde

não intencionalmente elementos estruturais (as classes) com elementos superestruturais (sindicatos).

E aqui encontramos a questão sobre os determinantes da categoria sindicato. Como vimos anteriormente, Engels deixa claro o que ele não é, mas nos falta algo que diga o que ele é. Fomos então recorrer a Mattos onde ele diferencia os sindicatos das associações de ajuda mútua comuns nos primeiros anos da república “a diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e o governo”(MATTOS, 2009, p.47). Assim, existe uma concordância entre Mattos, Engels e Antunes que o sindicato não seria um instrumento por si só de superação do capitalismo, mas um representante dos interesses dos trabalhadores, resultado das próprias contradições da luta de classes. Trabalharemos com essa compreensão dentro do Ensino de História.

A CLASSE TRABALHADORA NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Importante que se diga que o debate sobre estas categorias não se pretende esgotado. O desenvolvimento desta pesquisa permitirá a busca dos determinantes destas e outras categorias a serem trabalhadas nas fontes. O que nos interessa por ora é ter um ponto de partida para passarmos ao próximo tema que é o ensino de História e a Historiografia do Trabalho no Brasil.

A História como disciplina escolar é mais um espaço de disputa, não só teórica como política. Essa disputa se escancara quando movimentos aos moldes do “Escola Sem Partido” combatem, tanto no plano teórico quanto no institucional, o ensino de visões históricas ligadas aos movimentos dos trabalhadores. Isto nos mostra que esse conflito pelo passado acompanha as disputas pela hegemonia da sociedade no presente. Uma das maneiras de compreender essa disputa é através das ausências e presenças e das seleções feitas ao se estudar História. Fonseca (2010) nos trás esse tema:

Um currículo de História é, sempre, produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer. Os currículos de História – sejam aqueles produtos das políticas públicas ou da indústria editorial, sejam os currículos construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula – expressam visões e escolhas, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos.(FONSECA,2010 p. 16-17).

Por tanto, não é de se estranhar que ao vivermos um momento de ascensão da organização da classe trabalhadora com o fim da Ditadura Empresarial-Militar se passe a discutir o Ensino de História presente na educação brasileira. Até então a História se encontrava espremida no interior da disciplina de Estudos Sociais, que se pretendia uma mistura uma fusão entre História e Geografia, despida de qualquer criticidade (FONSECA, 2003). Dentro do Ensino de História que era realizado, o conteúdo dava privilégio a uma visão progressiva e eurocêntrica da História, calcada em uma História política centrada em grandes nomes e feitos. Como veremos a frente, O Ensino de História que ocorria na educação básica até o princípio da década 1980 se mantinha distante da própria Academia Brasileira, que desde sua fundação carregava influência do pensamento da Escola dos Annales e do pensamento Histórico Francês.

A Mudança de paradigma como mencionado ocorreu aos fins da Ditadura, em um processo que começa com algumas mudanças nos currículos de alguns estados ainda na década de 1980 e segue durante a década de 1990 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A relação entre ascenso do movimento social e mudanças do Ensino de História pode ser comprovada não só pela aproximação da Academia com a produção de material de ensino e suas práticas. A escolha dos novos temas e abordagens nos conteúdos nos esclarece quem naquele momento histórico estaria na ofensiva dentro da disputa a hegemonia social:

o documento curricular estabeleceu os temas transversais (para todas as disciplinas): Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Muitos desses tópicos fazem parte de pautas debatidas por movimentos sociais. (FONSECA e Silva, 2010, p. 18).

Nesse contexto, o conceito de Trabalho passa a ser conteúdo na educação básica e junto com ele se incorpora a Classe Trabalhadora e seus instrumentos de organização. Partindo de uma crítica à abordagem anterior de uma História construída por grandes nomes, sem participação popular ou contradições, às novas abordagens irão enfatizar os interesses de classe presentes no curso da História, bem como os conflitos, dando visibilidade às classes populares que até então não apareciam nos livros didáticos. Dentre essas classes, o operariado industrial ganhou importância, sendo estudado como parte fundamental da formação nacional a partir do fim do Império e do início de República. Boa parte dessa leitura da classe operária tinha origem por um lado

no processo de abertura política que permitiu o retorno de antigos militantes marxistas que passaram a produzir e atuar no ensino como também às próprias discussões na Academia, que nesse momento, ganhava espaço os trabalhos de Thompson e o que se convencionou chamar de História Social com inspiração marxista (BATALHA,1998).

Todavia, da mesma forma que a luta pelo fim da Ditadura Empresarial-Militar impulsionou a inserção do marxismo no ensino de História, o fim do chamado Socialismo Real, a construção de uma nova hegemonia neoliberal e a reestruturação produtiva durante a década de 1990 abriram espaço para outras teorias que questionavam a validade do marxismo, já que as perspectivas de transformação social revolucionárias não estavam mais no horizonte. A chamada Nova História criticava o marxismo, classificando-o de economicista e teleológico, passando a aproximar o ensino de História cada vez mais das discussões que ocorriam na Academia, como os debates sobre História das Mentalidades e História do Cotidiano. Por conseguinte, a concepção de que a História seria movida pela luta de classes foi substituída pela idéia de disputa de narrativa. É verdade que essa aproximação com a História Cultural já era observada na década de 1980 como de fato aconteceu com a Academia. Os próprios PCNs mesmo apresentando alguns elementos de História do Trabalho com a presença de uma classe trabalhadora enquanto sujeito, às concepções de classe e principalmente de sindicatos estão longe de contemplar uma visão marxista.

Batalha (1998) nos aponta uma crise na produção historiográfica de uma História Operária pela década de 1990 causada justamente pelas transformações desse período na ordem do mundo do trabalho e mais adiante, o mesmo Batalha (2006) rever sua posição, apontando que o que teria ocorrido não seria uma crise da História Operária, mas uma mudança de perspectiva sobre a História Operária que passou a chamar História do Trabalho, ampliando as possibilidades de produção ao estudar não mais apenas o trabalhador fabril, mas todos aqueles sujeitos envolvidos no Trabalho, além de ampliar as possibilidades de olhares sobre esse sujeito para além de suas disputas sindicais e políticas.

A noção de classe foi acrescida de recortes envolvendo estudos de gênero e raça, o que também se manifesta nos currículos de ensino básico desse período. Porém, entre as ausências, perdeu-se a dimensão de classe enquanto sujeito histórico coletivo estruturante da sociedade, defendendo uma concepção que valoriza as identidades e narrativas fugindo os aspectos da Luta de Classes.

Mais recente, a educação no Brasil passou por mais uma reforma que ainda se encontra em processo de implantação através da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). É flagrante no BNCC o interesse apontado pelo Banco Mundial, de uma educação mais tecnicista focado nas Competências em detrimento dos conhecimentos. Além disso, existem os interesses dos grandes grupos educacionais que desejam aumentar o abismo social entre as escolas públicas e privadas de elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória deste artigo partimos das categorias de classe e sindicato para debater sobre Ensino de História. Como dito anteriormente, a pesquisa pensada aqui ainda está em andamento, contudo trabalhamos com algumas hipóteses. A primeira é que o afastamento das noções de Classe no ensino não se dá por um distanciamento da Academia em relação ao Ensino de História, que como vimos não ocorreu. Ao contrário, consideramos que este ocorreu por distanciamento entre a produção militante e a acadêmica e por causa da modificação da correlação de forças na sociedade durante a década de 1990. Além disso, destaca-se a concepção hegemônica na esquerda, que abandonou paulatinamente os projetos revolucionários.

Outra hipótese que trabalhamos é que o ensino de História do Trabalho pode ser um fator de despertar consciência, histórica e de classe. Esse aspecto pretendemos trabalhar mais adiante em outro artigo, pois requer ainda um debate mais direto com as fontes. De todo modo, já podemos tirar como uma primeira conclusão que os reflexos da Luta de Classes estão presentes dentro do Ensino de História, mesmo quando esse nega as classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicato?** 18ª edição revisada e atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 2003

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998

_____. Os Desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, jan 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/622/showToc>. Acesso em: 1 jan. 2019.

BILHÃO, Isabel . Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira república brasileira.. **História da Educação**, Santa Maria-RS, v. 19, n. 45, p. 141-157, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000100141&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº. 9.394- 96**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 31 junho de 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular- A educação é a base**. Brasília 2017 disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em: 31 junho de 2018.

CAIMI, Flávia Eloísa. **A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?** Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016 disponível em: <file:///C:/Users/Vostro/Documents/Estudos-Mestrado/65515-289785-2-PB.pdf> Acesso em 30 de junho de 2018

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Sundermman, 2008

FONSECA, Thais Livia de Lima e. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2003

GUIMARÃES JUNIOR, M. C. P. de **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**. 309p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18081/1/SurgimentoCoordenacaoNacional.pdf> Acesso em: 23 set 2017.

MALERBA, Jurandir. **Uma análise da Base Nacional Comum Curricular**, 2017 disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/uma-analise-da-base-nacional-comum-curricular>

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**, São Paulo:Boitempo 2010

_____. **A ideologia alemã** Editora Boitempo São Paulo 2007

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

ROSSI, W. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RIO, Cristiane Porfílio de Oliveira do . **O Movimento Operário e a Educação dos trabalhadores na Primeira República: a Defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância.** 2009. 265 p. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação- FAGED, Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza-CE, 2009. 1. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2999/1/2009_Tese_CPORio.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

SOUSA SOBRINHO, J.P. O Conceito da classe em si da classe para si como unidade dialética entre posição de classe e luta de classe. In: **jornada internacional de estudos e pesquisas em antonio gramsci vii joregg – jornada regional de estudos e pesquisas em antonio gramsci** (Anais de Congresso). Fortaleza, 2016, Disponível em: [http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/o-conceito-da-classe-em-si-da-classe-para-si-como-uma-unidade-dial%
c3%89tica-entre-posi%
c3%87%
c3%83o-de-classe-e-luta-de-classe.pdf](http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/o-conceito-da-classe-em-si-da-classe-para-si-como-uma-unidade-dial%c3%89tica-entre-posi%c3%87%c3%83o-de-classe-e-luta-de-classe.pdf). Acesso em : 01 maio de 201

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TEONES, F. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução.** São Paulo: Cortez, 2013.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.